

A. I. N° - 441231.0003/14-9
AUTUADO - JNRV COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA - ME
AUTUANTE - ROMILDA MARIA DO NASCIMENTO
ORIGEM - INFAZ ILHÉUS
INTERNET - 24.03.2015

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0047-05/15

EMENTA: ICMS. SIMPLES NACIONAL. **a)** ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. ENTRADAS INTERESTADUAIS DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. É devido o pagamento na primeira repartição fazendária do percurso de entrada neste Estado, a título de antecipação parcial do ICMS, em valor correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, nas entradas de mercadorias adquiridas para comercialização, não enquadradas no regime da substituição tributária. Infração parcialmente mantida. **b)** ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. Em relação às mercadorias objeto desta infração, não há convênio que preveja a retenção do imposto pelo remetente. Infração parcialmente comprovada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 31/03/2014, exige ICMS no valor de R\$14.373,24, através das seguintes infrações:

Infração 01 – Efetuou o recolhimento a menor do ICMS antecipação parcial, na condição de empresa optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado. ICMS no valor de R\$6.633,90 e multa de 60%.

Infração 02 - Efetuou o recolhimento a menor do ICMS por antecipação ou substituição tributária, na condição de empresa optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado. ICMS no valor de R\$7.739,34 e multa de 60%.

O autuado impugna o lançamento, conforme documento de fl. 43, no qual aduz que a empresa foi enquadrada na condição de Microempresa, nos termos da Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006, em 29/04/2011, e como empresa de pequeno porte a partir de 01/01/2012. Afirmar que todos os recolhimentos foram devidamente feitos como Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, referente às aquisições fora do Estado, no período de 01/2012 a 12/2012, conforme Notas fiscais e respectivos DAEs.

Quanto à infração 02, nas aquisições interestaduais por substituição tributária, os recolhimentos foram apurados corretamente nos períodos de 01/2012 a 12/2012 e 04/2013 a 10/2013, conforme Notas Fiscais e DAEs respectivos. Pede que seja acolhida a peça de defesa e cancelado o Auto de Infração em lide.

Auditor fiscal designado, tendo em vista o autuante não estar mais na inspetoria fiscal, presta a informação fiscal de fls. 207 a 208, e após analisar as razões trazidas pela defendente, retifica a exigência fiscal, conforme planilha de fl. 209, do que resultou:

a - manutenção dos valores apurados correspondentes aos meses 05/12- R\$738,51 e 03/13 – R\$623,91 da *Infração 1* e dos meses 04/2012 – R\$281,45 e 06/2012 – R\$1442,05 e 10/2013 – R\$1.003,69 referente a *Infração 2*;

b – exclusão dos débitos apurados nos meses; 03, 09 e 12/2012 referente a *Infração 1* e meses 05 e 07/2012 referentes a *Infração 2*;

c - retificação dos valores apurados gerando novos valores nos meses 01/2012 – R\$167,41, 04/12 – R\$789,91, 07/12 – R\$423,19, 10/2012 – R\$749,35 referente a *Infração 1* e nos meses 05/2013 – R\$178,54 ref. *Infração 2*.

Assim a infração 01 totaliza R\$3.491,99 de ICMS. Conforme planilha de fl. 209. A infração 02 totaliza R\$2.905,73 consoante planilha de fl. 225 do PAF.

O autuado foi devidamente cientificado da informação, consoante intimação de fl. 232.

A empresa reconheceu como devido o valor de R\$6.433,73, detalhado na planilha do SIGAT- Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária, de fl. 244.

VOTO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em consonância com o disposto no art. 39 do RPAF/99 e encontra-se apto a surtir seus efeitos jurídicos e legais.

A infração 01 é relativa ao recolhimento a menor do ICMS por antecipação parcial, prevista no art. 352-A do RICMS/97, cujo demonstrativo encontra-se nas fls.20 a 40 (sintético e analítico) .

O contribuinte na peça defensiva apresenta algumas comprovações de que o ICMS antecipação parcial de algumas aquisições teria sido pago na sua totalidade, arguição que o auditor fiscal quando da informação fiscal acata e retifica o valor da autuação. Dessa forma elabora novas planilhas e conclui que o ICMS perfaz o valor de R\$3.491,98, conforme os documentos de fls. 209 a 230. Mantida a infração em parte, consoante o demonstrativo de fl. 209.

Na infração 02 relativa à antecipação tributária do ICMS recolhida a menor na condição de empresa optante do Simples Nacional, o demonstrativo original encontra-se nas fls. 11 a 19, com o detalhamento da infração, com a identificação das notas fiscais e das mercadorias. A sociedade empresária aponta que teria efetuado alguns pagamentos na sua totalidade, momento em que traz as suas comprovações que foram acatadas pelo auditor fiscal. Assim, após o refazimento da infração foram elaborados, novos demonstrativos sintético e analítico, anexos fls. fls. 225 a 230 do PAF, os quais o autuado recebeu cópia. Concordo com o resultado da infração, após a sua retificação, cujo ICMS perfaz o total de R\$2.905,73, conforme demonstrativo de fl. 225. Infração procedente em parte.

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do auto de infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **441231.0003/14-9**, lavrado contra **JNRV COMÉRCIO DE CONFECCÕES LTDA - ME**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no total de **R\$6.397,71**, acrescido da multa de 60% prevista no art. 42, alíneas II, “d” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado os valores recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 05 de março de 2015

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO – RELATORA / PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

JOÃO VICENTE COSTA NETO - JULGADOR

TOLSTOI SEARA NOLASCO - JULGADOR